TODOS PELA EDUCAÇÃO

#EDUCAÇÃOJÁ

MONITORAMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS:

100 DIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Abril 2019

AGENDA

1. INTRODUÇÃO

2. ANÁLISE DOS 100 DIAS EM 7 TEMAS PRIORITÁRIOS

3. OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

AGENDA

1. INTRODUÇÃO

2. ANÁLISE DOS 100 DIAS EM 7 TEMAS PRIORITÁRIOS

3. OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

NOSSO PROPÓSITO

TODOS PELA EDUCAÇÃO

MELHORAR O BRASIL IMPULSIONANDO A QUALIDADE E A EQUIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Todos Pela Educação é uma **organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e suprapartidária**, fundada em 2006, que tem como missão **impulsionar a qualidade e a equidade da educação básica** no Brasil.

A atuação do Todos é focada em **contribuir para o avanço das políticas públicas educacionais.** Nesse sentido, busca **criar senso de urgência** para a necessidade de mudanças, **qualificar o debate** sobre educação no Brasil, **monitorar publicamente** os indicadores e as políticas educacionais em curso, **construir propostas** técnicas e **articular sua efetivação** junto ao poder público, especialistas e demais atores do campo educacional.

SOBRE ESTA DIVULGAÇÃO

O que é apresentado neste material?

Sendo o monitoramento público do andamento de políticas educacionais um dos pilares de atuação do Todos Pela Educação, **apresenta-se nesta divulgação um balanço das ações do Ministério da Educação nos 100 primeiros dias de governo** (de 01 de janeiro a 10 de abril de 2019).

Obs: A análise foi feita com base nas ações do Ministério até o dia 05 de abril.

A análise está organizada em **duas seções diferentes:**

1. Andamento das ações do Ministério da Educação (MEC) em **7 temas considerados pelo Todos Pela Educação como prioritários** para que o Governo Federal promova avanços reais na Educação Básica.
   - Os temas foram definidos por um grupo plural de especialistas em políticas educacionais em 2018, no âmbito da iniciativa Educação Já, coordenada pelo Todos Pela Educação. Esta iniciativa elaborou propostas concretas e detalhadas para cada um dos 7 temas, que já foram apresentadas ao MEC em janeiro deste ano e estão resumidas neste documento.
2. Andamento de **outras ações que o Ministério da Educação iniciou em 2019**, que não estão diretamente relacionadas aos 7 temas prioritários analisados na Seção 1, mas que têm sido priorizadas pelo MEC e/ou têm ganhado destaque no debate público.

A análise da Seção 1 classifica cada um dos temas considerando o avanço das políticas nos primeiros 100 dias. Optou-se nessa divulgação por uma avaliação simplificada. Uma metodologia completa e estruturada está sendo construída pelo Todos Pela Educação e será divulgada nos próximos monitoramentos públicos de políticas educacionais. Já a **Seção 2 elenca ações em curso no MEC que não estão diretamente relacionadas aos temas prioritários**, comentando cada um deles.

Com esta divulgação esperamos contribuir para a **disseminação da informação** sobre o atual estágio do Ministério da Educação, bem como **enfatizar a urgência** de se desencadear uma série de políticas públicas educacionais em prol da qualidade da Educação Básica brasileira.

PRINCIPAIS MENSAGENS DA DIVULGAÇÃO

Destaques deste material:

- O Ministério da Educação, em 100 dias de governo, **não apresentou avanços concretos** em temáticas centrais para a Educação Básica brasileira.
- Com dificuldades internas para formar uma equipe coesa de gestores públicos, trocas constantes em cargos da alta liderança e anúncios e recuos de medidas que, em sua maioria, não são voltadas à melhoria da Educação Básica, o **MEC tem deixado de lado o enfrentamento dos reais problemas** que a Educação do País enfrenta.
- Apesar do avanço no apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para todas as etapas do ensino básico, ainda falta por parte do Ministério uma avaliação focada em temas essenciais como Governança e Gestão, Financiamento, Políticas Docentes, Primeira Infância, Alfabetização e Ensino Médio, o que mostra que **o Governo Federal ainda não começou efetivamente a elaborar uma agenda estruturada para que o Brasil avance na qualidade da Educação**.
- Em paralelo, **o Congresso Nacional já iniciou o avanço de pautas importantes** para a Educação Básica, tais como a discussão sobre aprimoramentos no Fundeb e a instituição de um Sistema Nacional de Educação (SNE). Ademais, no 100º dia de Governo (10 de abril), será lançada uma Frente Parlamentar Mista pela Educação, abrangendo 10 Comissões que discutirão temas centrais para a Educação Básica.
- **Ainda há tempo para o Ministério da Educação assumir seu papel** central na promoção de melhorias na Educação Básica, lançando mão de medidas de apoio e indução a Estados e Municípios. No entanto, a janela de oportunidade do início de governo é curta e **não há mais tempo a perder.**

AGENDA

1. INTRODUÇÃO

2. ANÁLISE DOS 100 DIAS EM 7 TEMAS PRIORITÁRIOS

3. OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

QUAIS SÃO OS 7 TEMAS ANALISADOS

O **Todos Pela Educação**, em conjunto com diversas organizações e especialistas em políticas educacionais, coordenou em 2018 a iniciativa Educação Já. Esta iniciativa **construiu e apresentou uma proposta de estratégia** nacional para a Educação Básica e **indicou 7 recomendações de prioridades para o Governo Federal** para o período 2019-2022. As 7 prioridades são explicitadas abaixo.

7 RECOMENDAÇÕES DE PRIORIDADES PARA O GOVERNO FEDERAL

Detalhamento de cada proposta disponível no hiperlink www.todospelaeducacao.org.br

1 REESTRUTURAÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA E MELHORIA DA GESTÃO DAS REDES

Aprimorar a organização federativa na educação por meio da regulamentação de um Sistema Nacional de Educação (sistema de cooperação federativa), a fim de garantir maior articulação entre União, Estados e Municípios e apoiar a melhoria da gestão das Secretarias de Educação.

2 FINANCIAMENTO MAIS REDISTRIBUTIVO E INDUTOR DE QUALIDADE

Realizar alterações nos mecanismos de financiamento da educação básica, em especial o Fundeb, tornando-os mais eficientes, redistributivos e indutores de qualidade, visando garantir em todas as redes ao menos condições básicas para a oferta educacional.

3 EFETIVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM TODAS AS REDES DE ENSINO

Oferecer apoio e incentivo às redes de ensino para a implementação da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, de modo a garantir a oferta de recursos e programas pedagógicos essenciais em todas elas.

4 PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA E FORMAÇÃO DOCENTE

Instituir política nacional de valorização e profissionalização docente, com abordagem sistêmica que envolva atratividade, formação e melhorias na carreira de professores.

5 PRIMEIRA INFÂNCIA COMO UMA AGENDA INTERSETORIAL

Com base no Marco Legal da Primeira Infância, instituir política nacional que crie condições para viabilizar o atendimento integral e integrado de qualidade às crianças de zero a seis anos no Brasil (articulando, especialmente, Educação, Saúde e Assistência Social).

6 ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Redesenhar a política nacional de alfabetização, tendo a indução do regime de colaboração entre Estados e Municípios como premissa da atuação federal.

7 NOVA PROPOSTA DE ESCOLA NO ENSINO MÉDIO

Avançar as discussões e definições já em andamento sobre a reorganização do ensino médio (mantendo a diversificação curricular, maior articulação da formação técnica e profissional e ampliação da carga horária) e apoiar Estados na implementação das mudanças estabelecidas.

COMO OS 7 TEMAS FORAM AVALIADOS?

- A avaliação dos 7 temas foi realizada considerando-se a **evolução das temáticas nos 100 primeiros dias de governo**. Cada um dos faróis **representa um cenário de avanço** durante esse tempo.

O farol vermelho significa que **nenhum avanço** foi realizado na temática nos 100 dias, ou seja, nenhuma ação concreta foi realizada pelo Ministério da Educação.

O farol amarelo significa que houve **avanços parciais** da temática nos 100 dias, ou seja, algumas poucas ações foram realizadas pelo Ministério da Educação.

O farol verde significa que houve **avanços concretos** da temática nos 100 dias, ou seja, ações importantes foram realizadas pelo Ministério da Educação.

RESUMO DOS 7 TEMAS EM 100 DIAS (detalhamento nos slides seguintes)

- Na maioria das temáticas centrais da Educação Básica brasileira, **não houve avanços concretos nos 100 dias**. Naquilo que avançou, tratam-se de esforços de continuidade de programas já existentes no Ministério da Educação.

CENÁRIO 100 DIAS	7 PRIORIDADES PARA O GOVERNO FEDERAL
Nenhum avanço	1 REESTRUTURAÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA E MELHORIA DA GESTÃO DAS REDES
Nenhum avanço	2 FINANCIAMENTO MAIS REDISTRIBUTIVO E INDUTOR DE QUALIDADE
Avanços concretos	3 EFETIVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM TODAS AS REDES DE ENSINO
Nenhum avanço	4 PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA E FORMAÇÃO DOCENTE
Nenhum avanço	5 PRIMEIRA INFÂNCIA COMO UMA AGENDA INTERSETORIAL
Nenhum avanço	6 ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO
Avanços parciais	7 NOVA PROPOSTA DE ESCOLA NO ENSINO MÉDIO

BALANÇO DOS 7 TEMAS NOS 100 DIAS

1) REESTRUTURAÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA E MELHORIA DA GESTÃO DAS REDES

Nenhum avanço

- **Em 100 dias de Governo, <u>não houve avanço concreto</u> da pauta no Ministério da Educação.**
- O esforço para se avançar com um Sistema Nacional de Educação (sistema de cooperação federativa) sequer ganhou relevância nos discursos públicos sobre prioridades do MEC. Apesar de manifestações do governo em favor da agenda municipalista - reiteradas em suas visitas às comissões de educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal - a ausência de iniciativas práticas nesse sentido e que reconheçam o papel central dos Estados como responsáveis pela política educacional em seus territórios destoa até mesmo da ênfase dada pelo governo Bolsonaro à necessidade de um movimento de descentralização coordenada de recursos e ações para Estados e Municípios (*"Mais Brasil, Menos Brasília"*).
- Também não houve sinalização sobre a continuidade ou o início de programas do MEC que busquem qualificar a gestão das Secretarias de Educação.

AVANÇO DO TEMA NO CONGRESSO

- Em 13/02/2019, a Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) apresentou o PLP 25/2019, que "Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), fixando normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas políticas, programas e ações educacionais, em regime de colaboração".
- Já há relator designado para este PLP – é o Dep. Idilvan Alencar (PDT-CE).
- É fundamental que o Ministério da Educação encare esse debate com a devida prioridade que ele merece, oferecendo propostas do Governo Federal para o Brasil estabelecer um Sistema Nacional de Educação com qualidade. Pressão nesse sentido deve aumentar durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorrerá entre 8 e 11 de abril.

BALANÇO DOS 7 TEMAS NOS 100 DIAS

2) FINANCIAMENTO MAIS REDISTRIBUTIVO E INDUTOR DE QUALIDADE

Nenhum avanço

- **Em 100 dias de Governo, <u>não houve avanço concreto</u> da pauta no Ministério da Educação.**
- O Ministério apontou a revisão do Fundeb como prioritária, mas o MEC não apresentou qualquer proposta.
- Conforme manifestações na imprensa durante o ano passado, o FNDE (órgão vinculado ao MEC) vinha realizando simulações e propostas para um Novo Fundeb. Ainda não há sinalização se o Ministério acatará e dará continuidade a este trabalho.
- Por sua vez, o Ministério da Economia convocou reunião sobre o Fundeb, da qual participaram diversos órgãos governamentais, organizações internacionais e entidades da sociedade civil.
- Também não houve sequer sinalizações do Ministério sobre a necessidade de revisão de outras transferências federais, tais como do PNAE (merenda escolar), PNATE (transporte escolar) e PDDE (dinheiro direto na escola).

AVANÇO DO TEMA NO CONGRESSO

- A Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que foi relatora da PEC que tramitou na legislatura passada na Câmara dos Deputados (PEC 15/2015), solicitou desarquivamento da proposta.
- Uma Comissão Especial está sendo instaurada na Câmara dos Deputados. Os próximos passos são a definição dos membros titulares e suplentes, a eleição da presidência da Comissão e a definição do relator da proposta.
- Considerando que o avanço dessa matéria necessariamente ocorrerá devido ao vencimento do Fundeb em 2020, é fundamental que o Ministério da Educação encare este debate com máxima prioridade.

BALANÇO DOS 7 TEMAS NOS 100 DIAS

3) EFETIVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM TODAS AS REDES DE ENSINO

Avanços concretos

- **Em 100 dias de Governo, o Ministério da Educação avançou com a pauta, anunciando a continuidade do programa de apoio às redes de ensino para implementação da BNCC.**
- Após enorme demora para definir os rumos de um programa de natureza estratégica para a educação brasileira, o Governo Federal finalmente anunciou em 4 de abril a continuidade do Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC), principal iniciativa de apoio do MEC aos entes subnacionais para implementação da Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
  - O ProBNCC de 2019 garante a manutenção do apoio financeiro do Ministério para as redes de ensino, com ênfase na formação continuada de professores e na revisão dos projetos pedagógicos das escolas em relação aos novos currículos. É preciso que agora o MEC libere os recursos para o pagamento das bolsas e demais ações, além de continuar apoiando tecnicamente as Secretarias de Educação com orientações.
  - Os Estados e Municípios, por meio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) vinham cobrando sistematicamente respostas do MEC sobre o funcionamento do ProBNCC em 2019. Isso reforça a importância deste anúncio do MEC.
- Ainda não houve sinalização do Ministério da Educação sobre como será a adaptação das avaliações externas de larga escala do SAEB/Inep à Base Nacional Comum Curricular. Estabelecer este cronograma em conjunto com Estados e Municípios é fundamental e urgente.

BALANÇO DOS 7 TEMAS NOS 100 DIAS

4) PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA E FORMAÇÃO DOCENTE

- **Em 100 dias de Governo, <u>não houve avanço concreto</u> da pauta no Ministério da Educação.**
- O Ministério da Educação, apesar de ter anunciado publicamente que tem como prioridade atuar na valorização e profissionalização do magistério, não apresentou nenhum plano ou medida a respeito do assunto.
- O único envolvimento do MEC no tema se deu com o pedido de retorno do documento 'Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica' do Conselho Nacional de Educação para o Ministério (o documento havia sido enviado pelo Ministério ao Conselho em dezembro de 2018). Já em março de 2019, o MEC devolveu o documento ao CNE. Na ocasião da devolução, no entanto, não foi publicado novo parecer do Ministério a respeito do documento e tampouco indicativos sobre a introdução (ou não) de mudanças no texto.
- Por outro lado, o Ministério manifestou-se mais de uma vez favoravelmente às propostas do movimento Escola Sem Partido, que visam coibir e sancionar suposta "doutrinação ideológica" dos alunos por parte dos professores e, portanto, fragilizam o avanço de uma agenda de fortalecimento e valorização da profissão docente.

BALANÇO DOS 7 TEMAS NOS 100 DIAS

5) PRIMEIRA INFÂNCIA COMO UMA AGENDA INTERSETORIAL

- **Em 100 dias de Governo, <u>não houve avanço concreto</u> da pauta no Ministério da Educação.**
- A única medida do MEC sobre o tema foi a publicação de duas portarias autorizando a transferência de R$60 milhões a 147 municípios que possuíam novas matrículas na educação infantil que ainda não foram contempladas com recursos do Fundeb.
  - Este ato por si só é positivo, mas é uma medida pontual e específica, atendendo poucos entes e não caracterizando uma política efetiva de expansão de vagas e melhoria da qualidade da Educação Infantil.
- Em paralelo, o Ministério da Cidadania já lançou mão de medidas concretas com a expansão do programa Criança Feliz, que visa ampliar a rede de atenção e o cuidado das crianças na Primeira Infância por meio de visitação domiciliar.
- Entretanto, não há, por enquanto, sinalização do Governo Federal quanto a uma agenda intersetorial para a Primeira Infância, que abranja ações de diversos Ministérios.

BALANÇO DOS 7 TEMAS NOS 100 DIAS

6) ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Nenhum avanço

- **Em 100 dias de Governo, <u>não houve avanço concreto</u> da pauta no Ministério da Educação**, mesmo sendo este o único tema citado na "Agenda de 100 dias" do Governo Federal para o Ministério da Educação.
- A primeira medida adotada pelo Governo foi a criação da Secretaria de Alfabetização, mostrando priorização do tema. No entanto, após os 100 primeiros dias, o MEC não avançou na temática.
- A única medida que começou a ser elaborada foi um decreto que instituiria uma nova Política Nacional de Alfabetização. A versão encaminhada para análise da Casa Civil, tornada pública pela imprensa, foi amplamente comentada no debate, mas por ora nada foi oficialmente divulgado.
  - Uma análise do conteúdo divulgado pela imprensa aponta para um documento bastante genérico, que não especifica os detalhes de implementação e operacionalização da nova Política Nacional de Alfabetização.
  - Além disso, o fato de a Política em construção basear-se na instrução fônica sistemática (ou "método fônico") parece apontar a intenção do Ministério de estimular unicamente a adoção de tal método em todas as escolas brasileiras, o que não deveria ser papel do Governo Federal.
- Adicionalmente, por meio do Inep, o MEC publicou uma portaria adiando de 2019 para 2021 a aplicação da avaliação de alfabetização do SAEB, instrumento fundamental para indicar como está o nível de alfabetização dos alunos brasileiros nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Após uma série de críticas de diversos segmentos do debate educacional, esta portaria foi revogada. No entanto, ainda não há clareza se o MEC pretende seguir com a avaliação em 2019.

BALANÇO DOS 7 TEMAS NOS 100 DIAS

7) NOVA PROPOSTA DE ESCOLA NO ENSINO MÉDIO

Avanços parciais

- **Em 100 dias de Governo, a temática do Novo Ensino Médio teve <u>poucos avanços</u> no Ministério da Educação.**
- Após três meses de gestão, o MEC lançou o Programa de Apoio à Implementação da BNCC do Ensino Médio (ProBNCC-EM), focado em apoiar a revisão e elaboração dos currículos estaduais para esta etapa. Como documento orientador que deverá auxiliar os estados nesse processo, o Ministério publicou também os Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos do Ensino Médio.
  - O programa consiste em importante apoio técnico e financeiro da União à implementação do novo modelo de escola no Ensino Médio. O próximo passo agora é dar inicio à efetiva implementação do programa, avaliando os planos de trabalho dos Estados e liberando recursos para o pagamento de bolsas e demais ações.
- Apesar do lançamento do ProBNCC-EM, ainda não houve definição formal sobre outras iniciativas importantes de apoio do MEC aos Estados, tais como o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (que envolve acordo de US$ 250 milhões com Banco Mundial) e a Política de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).
  - Os Estados, por meio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), vêm cobrando sistematicamente respostas do MEC sobre estes programas.
- Outra indefinição é sobre como o Enem irá se adaptar ao Novo Ensino Médio. O Ministério da Educação ainda não deu novas diretrizes sobre as provas, o que seria de imensa relevância para as redes públicas e privadas que terão o desafio de implementar o novo modelo. Há crescente preocupação com a viabilidade da realização do ENEM em 2019 em função das medidas tomadas pelo MEC para revisão do Banco Nacional de Itens e da anunciada falência da gráfica contratada para imprimir os cadernos de provas. A demissão do Presidente e do Diretor de Avaliação da Educação Básica do INEP também contribuem para aumentar o risco.

AGENDA

1. INTRODUÇÃO

2. ANÁLISE DOS 100 DIAS EM 7 TEMAS PRIORITÁRIOS

3. OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

1 Escolas Cívico Militares – Janeiro/2019

O que foi feito?

- Em janeiro, foi criada a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), específica para tratar das parcerias com instituições civis e militares, no âmbito do Decreto 9.465/2019.
- Segundo o MEC, entre seus objetivos está o desenvolvimento de um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, Polícia Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. O Ministério já divulgou que a adesão ao modelo ocorrerá de forma voluntária pelos entes federados, atendendo – preferencialmente – escolas em situação de vulnerabilidade social.
- No entanto, ainda não houve nenhuma ação concreta divulgada a esse respeito.

Comentários sobre o assunto:

- Ainda há pouca clareza sobre o papel que cumprirá a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares para as políticas nacionais da Educação Básica. Consequentemente, há também incertezas sobre como se desdobrará - nos demais entes federativos – as políticas voltadas para o tema.
- Reconhecemos que o modelo contém algumas características que podem servir de inspiração para contextos específicos e, também, sua importância como uma alternativa de itinerário formativo para os jovens que desejam seguir a carreira militar.
- Todavia, por ser um modelo que (i) pressupõe a atuação de um número significativo de membros do serviço militar em unidades escolares (o que impõe restrições à expansão em escala), (ii) possui um custo por aluno muito superior à média de escolas públicas regulares e (iii) considerando que as escolas militares lançam mão de processos seletivos para admissão de alunos, não há evidências concretas de que uma iniciativa como essa contribuirá para a melhoria da qualidade da Educação em âmbito nacional e com equidade.

OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

2 Lava Jato da Educação – Fevereiro/2019

O que foi feito?

- Em fevereiro, os ministros da Educação e da Justiça e Segurança Pública, assinaram um protocolo de intenções para abrir investigações sobre indícios de corrupção e desvio de recursos no MEC durante os governos anteriores. A medida ficou conhecida como a abertura da "Lava Jato da Educação".
- As razões que motivaram a abertura das investigações estão relacionadas a supostos desvios e favorecimentos indevidos por meio de programas como o ProUni e Pronatec, além de suspeitas de concessão ilegal de bolsas em programas de ensino a distância nas Universidades Federais.
- Não obstante, mais de um mês depois do anúncio da iniciativa e após pedido feito via Lei de Acesso a Informação, o MEC anunciou que "*quanto à especificação do conjunto de irregularidades a serem apuradas, cumpre esclarecer que, até o momento não há nenhum fato concreto, mas sim a necessidade de se buscá-los*"*.

Comentários sobre o assunto:

- A ação de investigar supostas fraudes em torno da alocação de recursos no âmbito de grandes programas nacionais do Ministério da Educação é obviamente positiva, mas deve ser encarada como um dever de todo gestor público.
- No entanto, esforços relacionados ao combate à corrupção devem avançar de maneira paralela à elaboração de uma agenda estrutural e à implementação das medidas prioritárias do Governo. Assim, frente a um cenário de ausência de uma agenda de ação para melhoria das políticas educacionais por parte do atual governo, cabe ressaltar que a "Lava Jato da Educação", independentemente dos seus desdobramentos, não preencherá essa lacuna.

*Fonte: https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/mec-afirma-que-nao-ha-nenhum-fato-concreto-em-lava-jato-da-educacao/

OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

3 Criação de comissão de avaliação do ENEM – Março 2019

O que foi feito?

- Em 20 de março, o Ministério da Educação criou uma comissão com a finalidade de realizar o que foi denominado de “leitura transversal” dos itens disponíveis no Banco Nacional de Itens para a montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A medida foi instituída a partir de publicação da Portaria MEC 244/2019.

Comentários sobre o assunto:

- Acreditamos que a criação da Comissão não aponta no sentido correto – seja pela sua finalidade e/ou composição.
- Para analisar a qualidade de itens de uma avaliação, é necessário profundo conhecimento técnico. Tal processo tem o propósito de medir a qualidade das perguntas observando quão adequadas foram para os respondentes e quão bem mediram suas habilidades e/ou características. Os profissionais imbuídos dessa responsabilidade devem ser capazes, portanto, de entender os objetivos de aprendizagem que se espera medir com avaliação e a metodologia de construção dos itens. Não há espaço para “achismos” e avaliações subjetivas.
- O impacto de um trabalho mal realizado é grave. Mesmo após décadas de aplicação e coordenação de profissionais extremamente capacitados, não é raro vermos itens serem anulados por conta de problema em sua formulação, dada a complexidade do tema. Assim, a composição da comissão com apenas três pessoas - não especialistas no assunto -,bem como a ausência de indicativos pedagógicos objetivos sobre sua missão, podem ferir a robustez técnica de um instrumento de avaliação com sérias repercussões para o futuro de milhões de candidatos.
- É importante ressaltar que a análise de itens também fornece uma maneira de reutilizá-los em diferentes testes, criando um banco de itens com propriedades conhecidas. O impacto de um trabalho mal realizado não só comprometerá a aplicação pontual do Exame, como também comprometerá a qualidade do banco de itens utilizado como referência no futuro.
- O Ministério Público Federal, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), enviou no dia seguinte à publicação do decreto que instituía a comissão um ofício pedindo esclarecimentos sobre a medida. No dia 3 de abril, considerando insuficientes as informações prestadas pelo Inep, a PFDC solicitou à pasta novos esclarecimentos sobre o tema.

OUTRAS AÇÕES DO MEC EM 2019

4 Transferências Voluntárias – Plano de Ações Articuladas (PAR)

O que foi feito?

- Em março, o MEC publicou resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério, que estabelece procedimentos para a utilização de recursos de emendas parlamentares individuais e de bancadas impositivas em despesas de custeio para municípios e secretarias estaduais de educação. As propostas deverão ser inseridas previamente no Plano de Ações Articuladas (PAR) e serão vinculadas a iniciativas de custeio.

Comentários sobre o assunto:

- Medidas que aumentem a disponibilidade de recursos para a Educação Básica são em geral positivas porque as redes públicas ainda são subfinanciadas.
- Por outro lado, a mencionada resolução pode contribuir para aumentar a distorção no financiamento e a desigualdade na distribuição de recursos entre os entes da federação. A distorção pode se acentuar porque a portaria tem o potencial de estimular aumento nos gastos de custeio por parte dos municípios, sem a garantia de que tais despesas sejam incluídas no orçamento regular dos órgãos gestores da educação, deixando os municípios à mercê das incertezas de emendas eventuais. A já desigual distribuição de recursos entre os municípios, por sua vez, tende a aumentar, pois é plausível supor que os parlamentares direcionem suas emendas para suas bases eleitorais (ou para municípios com mais eleitores), uma vez que a resolução não estabelece critérios técnicos baseados na necessidade das redes (como aqueles que são seguidos para a elaboração dos PAR).
- O contingenciamento de recursos do MEC, anunciado pelo Ministério da Economia no final de março, e superior a R$5,8 bilhões, também tende a comprometer a execução de programas e repasses do Ministério a estados e municípios, particularmente aqueles previstos nos PAR, que não têm sido executados regularmente pelo FNDE.

OUTRAS PENDÊNCIAS DO MEC EM 2019

5 Programas de adesão voluntária

Estados e municípios iniciaram o ano letivo em fevereiro de 2019, mas - já entrando em abril - o MEC ainda não se manifestou sobre a continuidade ou extinção de diversos programas realizados por adesão voluntária das redes subnacionais. Exemplos desses programas são o Novo Mais Alfabetização e o PRONATEC.

- Em função disso, há redes que paralisaram esses programas nas escolas porque não têm a garantia de que o Ministério continuará oferecendo a assistência técnica (inclusive materiais) e financeira (pagamento de bolsas a professores) às escolas, enquanto outras redes optaram por manter os programas na expectativa de que o MEC venha a anunciar sua continuidade.
- Neste caso, pode-se estar construindo um passivo financeiro relevante que deverá - em algum momento - ser saldado pelas redes estaduais, municipais e/ou pelo próprio MEC (dado que os termos de adesão a estes programas não foram rescindidos).
- Mais importante, alunos e professores ficam sem segurança de quais ações pedagógicas devem ocorrer em suas escolas.

TODOS PELA EDUCAÇÃO

CONTATOS PRA IMPRENSA

ADRIANA MANARIM
adriana@todospelaeducacao.org.br

(11)3145-5377

https://www.todospelaeducacao.org.br/

#EDUCAÇÃOJÁ